

SEXTA-FEIRA, 25 NOVEMBRO 2016



Município de Vila Real de Santo Antonio

NIF: 506833224

[Você está aqui](#) [Início](#) [Os Seus Serviços](#) [Entregar](#) [Registar Taxas](#) [Derrama de IRC](#)

CONSULTA DE DERRAMA DE IRC DO MUNICÍPIO

DERRAMA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTONIO

EXERCÍCIO	DERRAMA	DERRAMA REDUZIDA	
2016	1,50 %	Não	«info

HISTÓRICO DE DERRAMA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTONIO

EXERCÍCIO	DERRAMA	DERRAMA REDUZIDA	
2015	1,50 %	Não	«info
2014	1,50 %	Não	«info
2013	1,50 %	Não	«info
2012	1,50 %	Não	«info
2007	Não	Não	
2006	Não	Não	
2005	Não	Não	
2004	Não	Não	
2003	Não	Não	
2002	Não	Não	
2001	Não	Não	
2000	Não	Não	
1999	Não	Não	
1998	Não	Não	
1997	Não	Não	
1996	Não	Não	
1995	Não	Não	
1994	Não	Não	
1993	Não	Não	

Poderá também estar interessado em:

[Consultar > Taxas > Derramas IRC](#)



VILAREALSTºANTONIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

NUMERO ENTRADA 66/2016

DATA 02/11/2016



Aprovado em sessão
ordinária de
21 Novembro 2016

Exmo. Senhor Presidente
Assembleia Municipal de Vila Real de Santo
António
Praça Marquês de Pombal
8900-231 Vila Real de Santo António

Sua referência

Sua comunicação de

Nossa referência

DATA

31-10-2016

Salda/2016/6103

ASSUNTO: LANÇAMENTO DA DERRAMA

Deliberou esta Câmara Municipal em sua reunião extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2016, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o lançamento de uma derrama no valor de 1.5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e remeter à Assembleia Municipal para a aprovação.

Assim, junto envio a V.Exa. para efeitos de apreciação e posterior aprovação dessa Assembleia Municipal, fotocópia da deliberação.

Com os melhores cumprimentos

O Presidente da Câmara,

Luís Filipe Soromenho Gomes

fr



Município de Vila Real de Stº. António
Praça Marquês de Pombal
8900 - 231 Vila Real de Stº. António

Tel. 281 510 000
Fax. 281 510 003

www.cm-vrsa.pt

Aprovado em reunião

de ~~31~~ **31 OUT. 2016**

LANÇAMENTO DA DERRAMA.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o lançamento de uma derrama no valor de 1.5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e remeter à Assembleia Municipal para a aprovação, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

Pelos Srs. Vereadores Célia Paz e José Barão foi apresentada uma Declaração de Voto, documento que constitui parte integrante da presente ata.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

Aprovado em reunião

de ~~3-1-OUT-2016~~

N.º Propostas/2016/323

ASSUNTO:

Lançamento da Derrama

CONSIDERANDO QUE:

1. De acordo com o n.º 1 do art.º 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI) "os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1.5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) que corresponda à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável nesse território".

2. O Município encontra-se vinculado ao Programa I do PAEL e a respeitar as medidas constantes no Plano de Ajustamento Financeiro, previstas no n.º 2 do artigo 6.º da Lei 43/2012, de 28 de agosto e no artigo 11.º do Decreto-Lei 38/2008, de 7 de março, nomeadamente, na alínea h) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-lei 38/2008, de 7 de março, o lançamento da derrama.

3. Para os contratos de reequilíbrio existentes, à data da entrada em vigor do RFALEI, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes na Lei 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho, conforme o disposto no artigo 86.º da Lei 73/2013, de 3 de Setembro.

4. A Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal regulamentando o FAM e que ao abrigo do n.º 1 alínea b) do artigo 35.º da Lei n.º 53/2014 de 25 de agosto "O PAM contém medidas de reequilíbrio orçamental específicas nomeadamente a definição da taxa máxima de derrama sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, nos termos previstos no artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

5. A aprovação à proposta de PAM (Plano de Ajustamento Municipal) por parte da direção executiva do FAM (Fundo de Apoio Municipal), o qual integra um conjunto de medidas de reequilíbrio orçamental que visam, nomeadamente, a racionalização de despesa e a maximização de receita municipal.

6. Existe a necessidade efetiva do Município obter receitas próprias através de taxas e impostos municipais e incidir a presente receita sobre os lucros tributáveis de Pessoas Coletivas em (IRC) e que estas contribuam de alguma forma no esforço que se vem desenvolvendo para a melhoria da qualidade de vida dos municípios.

7. Compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal autorizar o lançamento da derrama nos termos do art.º 25 n.º 1 al. d) da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro.



VILAREALSTºANTONIO

Proposta

PROPONHO QUE A CÂMARA MUNICIPAL DELIBERE FAVORAVELMENTE:

O lançamento de uma derrama no valor de 1.5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC) e remeter à Assembleia Municipal para Aprovação.

Vila Real de Santo António, 17 de Outubro de 2016

O Presidente da Câmara Municipal

Luís Filipe Soromenho Gomes

DECLARACAO DE VOTO

Estabelece o artigo 18 da Lei 73/2013 que os Municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama até ao limite máximo de 1,5% sobre os lucros tributáveis em sede de IRC.

Ao longo da última década decidiu o executivo PSD, seja por via da Câmara Municipal ou da SGU, celebrar diversos contratos de prestação de serviços destinados a apoiar a economia local, totalizados vários milhares de euros. Consta-se que decorridos esses contratos, a situação estratégica do tecido empresarial do concelho não tem sofrido qualquer evolução positiva. E que mesmo com todos esses milhares gastos, com empresas na sua larga maioria fora do concelho, que supostamente seriam para auxiliar e desenvolver as empresas locais, essas medidas não passaram de um mero vislumbre, bem pelo contrário, o que fica bem demonstrado pela necessidade de aplicar este imposto penalizador para as empresas do concelho.

Ou seja, demos largos milhares a empresas fora do concelho, para agora exigirmos às empresas locais que paguem essa fatura.

Votar favoravelmente esta proposta seria o mesmo que concordar com a gestão catastrófica que os atuais autarcas conduziram os destinos do Concelho nos últimos 11 anos, demonstrado pela necessidade de a Câmara Municipal ter tido de recorrer a mais um resgate financeiro no decorrer deste último ano – FAM.

Os munícipes não podem ser responsabilizados financeiramente pelos três resgates efetuados pela atual gestão autárquica.

Programa de Apoio a Economia Local: 25 milhões 656 mil Euros

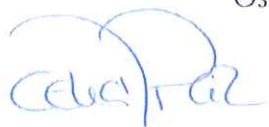
Fundo de Reequilíbrio Financeiro: 33 milhões 314 mil Euros

Fundo de Apoio Municipal: 19 milhões e 100 mil Euros

No entanto, sendo a aplicação da derrama uma obrigatoriedade do FAM, a posição de voto dos vereadores do PS não será contra, mas também não poderá ser favorável, pelo que irão abster-se.

VRSA, 31 de Outubro de 2016-10-31

Os Vereadores



Célia Paz



José Barão